**"Extrativismo não-criativo" e desenvolvimento local: reflexões para a transição do ciclo mineral em Oriximiná-PA[[1]](#footnote-1)**

**Sandro Ribeiro da Silva**

Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Pará e pesquisador em iniciação científica do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho.

**Resumo**

Desde a década de 70, à luz das estratégias de fomento à base industrial nacional conduzidas conforme o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a ocorrência do grande capital internacional na Amazônia tem determinado uma série de dinâmicas econômicas em seu interior. Na Rede Global de Produção (RGP) do segmento da bauxita (alumínio) destaca-se o município de Oriximiná, onde se instalou a empresa Mineração Rio do Norte (MRN). Nesse contexto, o presente estudo se presta a analisar as circunstâncias de desenvolvimento econômico do município e as contradições sociais ali consolidadas a partir da introdução do ciclo de acumulação mineral. O objetivo do estudo é suscitar o debate sobre o acirramento das contradições sociais decorrentes do acelerado crescimento econômico, a fim de que sejam pensadas concretas perspectivas e programáticas para convalescer o cenário de dependência da atividade mineral. Para tal, considera-se a tese de que é urgente a necessidade por se estabelecer planos para organização política dos agentes afetados pelo ciclo mineral, além do fomento às construções coletivas acerca da diversificação das bases econômicas do município. Cada uma das seções aborda um aspecto diferente da caracterização socioeconômica de Oriximiná e indicam a existência de um "extrativismo não-criativo" na localidade. Toda a referida caracterização sustenta, na quinta seção, uma proposta de agenda de medidas institucionais que podem ser adiantadas enquanto parte de um arcabouço mais amplo de políticas públicas, baseadas nas teorias do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Mineração, Desenvolvimento local, Oriximiná.

**Introdução**

A década de 80 marcou a história econômica do estado do Pará com a consolidação de um novo um ciclo produtivo, baseado na extração e exportação mineral em larga escala. A partir desse ciclo, estabeleceram-se novos padrões de crescimento econômico, movimentos demográficos e configurações territoriais em diversas localidades do estado. Ainda, conduzido pelos planos econômicos dos governos militares[[2]](#footnote-2), o crescimento da indústria mineral no estado marcadamente intensificou a inserção do capital internacional na Amazônia.

Nesses planos econômicos, de forte cunho desenvolvimentista, eram notórias as influências da teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo, das teorias dos polos de crescimento, de François Perroux e Jacques Boudeville, e das concepções de Albert Hirschman sobre desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional de crescimento. Essas concepções, principalmente, orientaram ao longo dos governos militares o que se convencionou compreender como o modelo ideal para o desenvolvimento da Amazônia. (MADEIRA, 2015)

Previa-se, por exemplo, a estruturação de grandes polos madeireiros, agropecuários, agroindustriais e agrominerais[[3]](#footnote-3), numa lógica sistematicamente determinada por circuitos de produção cujos núcleos de decisão   
  
  
  
  
concentravam-se em empresas transnacionais hegemônicas em seus setores[[4]](#footnote-4). No caso da indústria mineral, esses grandes projetos pioneiramente se desenvolveram na Serra de Carajás, sudeste paraense, e na região do Alto Trombetas, noroeste paraense.

Assim, as novas estruturas produtivas para estímulo do desempenho macroeconômico do estado, bem como a repentina expansão do montante de   
investimentos públicos e privados nestas sub-regiões constituíram um célere processo de reconfigurações da distribuição setorial da força de trabalho ocupada no estado. Além disso, desencadearam toda uma série de abruptas variações nas estatísticas socioeconômicas e nas relações socioambientais correspondentes às comunidades habitantes no entorno dos grandes projetos.

Nesse contexto, o presente artigo dedica-se a analisar o caso próprio do município de Oriximiná, no noroeste do estado do Pará, onde ao longo dos anos 70[[5]](#footnote-5), instalou-se o que vem a ser hoje, mundialmente, umas das maiores empresas produtoras de minério de bauxita – minério básico para a produção do alumínio. Foram consideradas as dinâmicas territoriais e contradições sociais de Oriximiná e dos municípios do entorno, que representam fundamental referência para

complementaridade da análise. Assim sendo, pretende-se estender a discussão acerca dos impactos da atividade mineral e das perspectivas futuras sobre a sociedade e a economia do município, em paralelo à ainda urgente necessidade por políticas públicas de desenvolvimento local no Baixo Amazonas. Em se tratando de políticas públicas, para além das convenientes medidas pela qualidade de vida, compreende-se como necessária a formulação de sólidas  
estratégias pela diversificação da economia e das fontes de financiamento do   
município, dada a finitude das atividades de exploração de bauxita na região[[6]](#footnote-6).

Para desenvolvimento da discussão proposta, em um primeiro momento será tratada a expansão demográfica e o correspondente processo de urbanização em Oriximiná; em seguida, a partir de análises sobre bases de dados do mercado de trabalho, serão desvelados impactos da atividade mineral nas condições de empregabilidade do município; no terceiro momento, será abordada a correlação do ciclo extrativista com as questões sociais e ambientais que muito bem expressam os seus limites; em um quarto momento, serão analisados aspectos da renda local que compõem a capacidade de financiamento municipal de políticas pelo desenvolvimento; por fim, em um último estrato, serão apresentados elementos da exiguidade de alternativas econômicas ao finito ciclo mineral no município em questão, além de uma propositiva contribuição para discussão de políticas pelo desenvolvimento local.

**1. Explosão demográfica e expansão urbana**

Em “Dinâmica Urbana da Amazônia”, de 2005, a geógrafa brasileira Bertha Becker classificou o contínuo processo de urbanização do interior amazônico como resultado de quatro fatores, tendo alguns deles ocorrido simultaneamente em momentos específicos da história econômica da Amazônia. São eles: (i) as políticas de favorecimento à apropriação de terras públicas por capitais privados em municípios específicos, que passaram a existir como centros sub-regionais para municípios satélite; (ii) a interiorização planejada pelos próprios governos, tanto pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quanto pela promoção de grandes rodovias que passaram a funcionar como eixos da urbanização; (iii) as *company towns*, geridas pelas empresas empregadoras dos residentes – a exemplo do que são Monte Dourado, Carajás e Porto Trombetas; (iv) a instalação de vilas e comunidades nas margens do Rio Amazonas, seus afluentes e subafluentes, indicando as características hidrográficas da região amazônica fundamentais para o processo.

Em Oriximiná, o que se nota ao analisar os últimos 40 anos é um processo de urbanização incentivado pela repercussão da coexistência de dois dos fatores indicados por Becker – o primeiro e o terceiro. A concretização do formato *company town*, dadas as dimensões territoriais do município e a significativa distância dos platôs de bauxita para os centros urbanos, decorreu do próprio modelo de acumulação de capital da empresa. Também, da elevação do fluxo migratório de força de trabalho dos municípios vizinhos com a popularização do grande empreendimento. Os índices migratórios em Oriximiná, portanto, acompanham a evolução da conjuntura econômica do município.

Já desde o início das operações no projeto de extração de bauxita de Porto Trombetas o município tornou-se um polo receptor de mão de obra de municípios próximos como Óbidos, Santarém, Terra Santa e Faro, sobretudo para postos que exigem pouca qualificação. Embora não tenham ocorrido grandes obras rodoviárias na região desde a instalação da empresa, as próprias características hidrográficas da região favorecem o fluxo migratório.

É, ainda, oportuno citar a influência da Lei Kandir (LC 87/96)[[7]](#footnote-7) sobre atividade econômica mineral de Oriximiná e, consequentemente, sobre os fluxos migratórios para o município. Essa legislação tinha como fundamental objetivo a obtenção de superávits na balança comercial do país, estimulando a produção e exportação nos setores primário e secundário, produtores de semielaborados. Para isso, tal legislação estabeleceu a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nesses setores.

Ao desonerar a produção, a Lei possibilitou à empresa massiva expansão dos investimentos e correspondente ampliação da capacidade produtiva, representando entre 1999 e 2009 mais da metade do valor adicionado bruto (VAB) gerado no município de Oriximiná (PEREIRA, 2012). Foi justamente nesse período, com os avanços estratégicos na estrutura e produção da empresa, que se notou o maior salto populacional absoluto no município entre os Censos analisados, além de expressivo aumento no índice de urbanização conforme indica a seguinte tabela relativa a Oriximiná.

Tabela 1

Evolução da população rural e urbana em Oriximiná e o processo de urbanização

Oriximiná: 1970; 1980; 1991; 2000; 2010; 2018\*.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Anos** | **Urbana** | **Rural** | **Total** | **Urbanização (%)** |
| **1970** | 6.719 | 12.275 | 18.994 | 35,37 |
| **1980** | 11.995 | 17.598 | 29.593 | 40,53 |
| **1991** | 21.163 | 19.991 | 41.154 | 51,42 |
| **2000** | 29.181 | 19.151 | 48.332 | 60,38 |
| **2010** | 40.147 | 22.657 | 62.794 | 63,98 |
| **2018\*** | - | - | 72.160\* | - |

Fonte: IBGE – Censo demográfico; IBGE – EstimaPop (\*). Elaboração de autoria.

O crescimento populacional em Oriximiná ocorreu em um ritmo mais avançado que o de municípios do entorno (CHAGAS, 2018). Ainda, de acordo com o último Censo Demográfico, a população do município mais que triplicou ao longo dos últimos 50 anos, ao passo que os índices por situação de domicílio revelam um intenso processo de urbanização que coincide com o início de exploração dos platôs de bauxita.

Discutir essa influência específica da exploração mineral nos fluxos migratórios e expansões urbanas das regiões onde ocorrem não é um esforço novo entre a comunidade científica. Sobre isso, Monte-Mor (2005) aborda o caso da economia mineira desenvolvida na região Sudeste do Brasil durante o século XVIII, que ao tornar-se a principal atividade econômica da colônia incitou tanto a migração interna quanto externa. Ainda segundo o autor, nas dinâmicas contemporâneas é possível notar fluxos semelhantes, embora os recentes ciclos de exploração se estabeleçam baseados em novos padrões nas relações de produção e configurações do capital[[8]](#footnote-8).

**2. Empregabilidade e estrutura social local**

Explorando mais a fundo os dados do Censo IBGE expostos anteriormente, é possível constatar que em 2010, no município de Oriximiná, a população em idade para trabalhar – isto é, com 14 anos ou mais de idade na data da pesquisa - era de 41.169 pessoas, das quais 65,43% habitavam em espaços urbanos e outros 34,57% habitavam em espaços rurais. Por outra base de dados oficial, (Tabela 2) é possível identificar que ao final do mesmo ano o mercado de trabalho formal do município correspondia 7.139 pessoas, o que representa aproximadamente apenas 17,34% da população em idade para trabalhar.

Tabela 2

Distribuição do estoque de emprego formal por setor IBGEOriximiná: 2002; 2004; 2006; 2008; 2010; 2014; 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Setor IBGE | 2002 | 2004 | 2006 | 2008 | 2010 | 2012 | 2014 | 2016 |
| Extrativo mineral | 979 | 1136 | 1283 | 1330 | 1175 | 1399 | 1431 | 1495 |
| Indústria de transformação | 32 | 824 | 740 | 1464 | 1220 | 1098 | 1572 | 1312 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 74 | 85 | 75 | 17 | 86 | 82 | 70 | 55 |
| Construção civil | 2033 | 248 | 516 | 560 | 766 | 488 | 122 | 584 |
| Comércio | 289 | 392 | 401 | 544 | 619 | 786 | 941 | 790 |
| Serviços | 1299 | 562 | 624 | 716 | 819 | 958 | 1099 | 910 |
| Administração pública | 1579 | 2055 | 2786 | 2937 | 2385 | 2584 | 2284 | 2001 |
| Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca | 89 | 83 | 78 | 62 | 69 | 77 | 132 | 110 |
| **Total** | 6374 | 5385 | 6503 | 7630 | 7139 | 7472 | 7651 | 7257 |

Fonte: RAIS – Relação Anual de Indicadores Sociais. Elaboração de autoria.

Complementares, esses dados indicam já em 2010 a ocorrência de uma taxa de informalidade de aproximadamente 82,66% em Oriximiná, muito superior, portanto, à média nacional de 47,7% - conforme dados divulgados pela PNADC-T/IBGE[[9]](#footnote-9) para o terceiro trimestre de 2019. Além disso, os resultados também denotam uma concentração do emprego formal em áreas urbanas que contrasta com a distribuição da população. São, assim, evidentes as estritas limitações nas condições locais de empregabilidade e renda no município, o que inclui o acesso da população a postos de trabalho formais qualificados, principalmente fora dos núcleos urbanos.

Embora, naturalmente, o desempenho da indústria mineral tenha fundamental importância para a dinâmica do estoque de empregos formais no município, trata-se de um setor que tradicionalmente se destaca muito mais pelo volume produzido que pelos empregos diretos gerados na operação. É, portanto, imprescindível que outros setores do emprego formal local se desenvolvam. Esse, felizmente, tem sido o caso da indústria de transformação de Oriximiná, com a operação de fábricas de gêneros alimentícios e bebidas no município ao longo da última década. O Comércio e os Serviços também foram setores que têm apresentado bom desempenho nos últimos anos no que se refere à geração de empregos. Esses desempenhos, entretanto, ainda são insuficientes para o aproveitamento da potencialidade de força de trabalho ofertada no município. Nesse cenário para o mercado de trabalho, avançam sobre a população, principalmente em tempos de crise, as mazelas da informalidade, das subocupações, da desocupação e do desalento.

Ainda sobre o emprego formal no município, a Relação Anual de Indicadores Socais permite explorar outras características conjunturais, como o comportamento das remunerações e massa salarial. Conforme exposto na Tabela 3, além da importância da Administração Pública – o que, aliás, é uma característica nacional - ocorre em Oriximiná a concentração da massa salarial em postos da indústria mineral. Em 2016, ainda que o referido setor concentrasse 20,60% da força de trabalho formalmente empregada no município, correspondia sozinho a 38,17% a massa salarial. Além disso, os setores do Comércio, Serviços e Indústria de Transformação, apesar da importante participação no estoque formal, apresentam níveis de remuneração média mensal muito inferiores aos R$ 5.208,35 da Indústria Extrativa Mineral.

Tabela 3

Participação, remuneração média mensal e massa salarial, por setor IBGE  
Oriximiná: 2016.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Setor IBGE** | **Participação no estoque do emprego formal** | **Remuneração média mensal (em R$)** | **Massa salarial (em R$)** | **Taxa de participação no total da massa salarial** |
| **Extrativo mineral** | 20,60% | 5.208,35 | 7.621.146,03 | 38,17% |
| **Indústria de transformação** | 18,08% | 1.519,35 | 2.108.366,92 | 10,56% |
| **Serviços industriais de utilidade pública** | 0,76% | 1.810,26 | 122.470,59 | 0,61% |
| **Construção civil** | 8,05% | 2.010,82 | 1.199.785,93 | 6,01% |
| **Comércio** | 10,89% | 1.378,47 | 1.122.969,99 | 5,62% |
| **Serviços** | 12,54% | 2.309,41 | 2.350.446,48 | 11,77% |
| **Administração pública** | 27,57% | 2.528,07 | 5.292.748,53 | 26,51% |
| **Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca** | 1,52% | 1.302,11 | 146.655,85 | 0,73% |
| **Total** | 100% | 2.522,35 | 19.964.590,32 | 100% |

Fonte: RAIS - Relação Anual de Indicadores Sociais. Elaboração de autoria.

**3. Ciclo econômico e limites da economia extrativista mineral**

Assumindo como tarefa imprescindível buscar compreender a interferência dos ciclos econômicos sobre as dinâmicas e processos particulares do município de Oriximiná, nesta seção está especificamente posta em questão a influência dos grandes empreendimentos sobre o agravamento das desigualdades sociais que avança sobre a região.

Historicamente, nas localidades em que ocorrem grandes projetos de exploração de recursos não-renováveis, é comum que o processo de aquecimento de economias seja seguido pelo intenso acirramento das contradições sociais (MONTE-MOR, 2005). Em Oriximiná, por exemplo, o processo de aquecimento da economia, com expressivo crescimento do produto interno bruto *per capita* ao longo das últimas décadas, não foi acompanhado por um correspondente desenvolvimento nos horizontes de empregabilidade e distribuição do município.

Gráfico 1

Evolução do PIB *per capita* e estoque de emprego  
Oriximiná: 1996; 2001; 2006; 2011; 2016.

(em R$)

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração de autoria.

Com efeito, a Mineração Rio do Norte S.A. executou entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000 uma sólida política de expansão de suas bases produtivas. Nos anos seguintes, que coincidem com o crescimento econômico expresso no Gráfico 1, a empresa aumentou expressivamente sua produção, saltando de 6,7 milhões de toneladas de bauxita em 1996 para 17,5 milhões de toneladas em 2004. Figuraram, nesse período, como fatores favoráveis a desoneração do ICMS, pela Lei Kandir, e a alta na demanda mundial pelo alumínio e, consequentemente, pelo minério de bauxita metalúrgica[[10]](#footnote-10).

Tabela 4

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e Coeficiente de Gini  
Oriximiná: 1991, 1995, 2000 e 2015.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ANO | IDH-M\* | Gini\*\* |
| 1991 | 0,390 | - |
| 1995 | - | 0,6019 |
| 2000 | 0,517 | 0,6201 |
| 2010 | 0,623 | 0,6535 |

\*Fontes: Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).  
  
\*\*Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipa.def

Embora não seja um indicador completo para representação do poder de compra, o PIB *per capita* do Gráfico 1 já apontava características de Oriximiná afins à condição de subdesenvolvimento. Uma das mais urgentes é o aumento na   
  
  
  
  
desigualdade de renda, que se confirma pelo crescimento do índice de *Gini* ilustrado na Tabela 4. Convém, para mais, ressaltar que esses dados encobrem as próprias diferenciações espaciais internas do município. Por exemplo, os índices de desenvolvimento humano são exagerados pelas instalações da *company town* Porto Trombetas, onde as estruturas para qualidade de vida são muito superiores às da sede municipal (TRINDADE, 2001).

Além das controvérsias referentes aos indicadores socioeconômicos do município, surgem como temas de debate igualmente inadiáveis os impactos ambientais na localidade. Espontaneamente, por ser uma atividade extrativista, o setor mineral gera impactos ao solo e sobre a biodiversidade em múltiplas frentes. Tais impactos geralmente são oriundos da supressão vegetal para construção das bases industriais de extração - visto que os depósitos de bauxita da região encontram-se abaixo de coberturas vegetais - e lavra dos minérios. Há ainda os usuais casos de contaminação do solo e das águas em virtude do lançamento de resíduos poluentes. Ambos, além de representarem danos ambientais ocasionam impactos nefastos às comunidades locais (ACEVEDO & CASTRO, 1993).

**4. *Royalties* minerais e o potencial de financiamento do desenvolvimento**

Ainda que se considere a permanência do empreendimento por mais algumas décadas, é esperado que surjam cada vez mais preocupações acerca da vulnerabilidade econômica de Oriximiná, dada a centralidade da indústria mineral para suas dinâmicas financeiras e econômicas gerais. Tanto uma crise na demanda mundial por alumínio, quanto a exaustão das reservas minerais condicionariam o município a uma sucessão de sérias incertezas. Antes, entretanto, de discutir   
  
  
  
  
  
  
  
alternativas econômicas à atividade mineral no município, é conveniente analisar as particularidades do poder municipal, o que inclui sua capacidade para financiamento de políticas de desenvolvimento.

Sendo um dos destaques nacionais na produção mineral, a receita para Oriximiná a partir da tributação sobre a produção mineral (CFEM – Compensação Financeira por Exploração Mineral), com média anual de aproximadamente 15 milhões de reais, cerca de 20% do volume da receita global municipal (CHAGAS, 2018), lhe confere a maior arrecadação própria do oeste paraense. A generosa arrecadação em *royalties* por si só, entretanto, não necessariamente implica em elevações nos níveis de qualidade de vida local e governabilidade municipal.

Infelizmente, a falta de transparência sobre a aplicação desses recursos ainda é uma realidade recorrente nos municípios mineradores brasileiros. Os *royalties*, idealmente, devem ser aplicados em projetos que revertam em prol da comunidade local, entretanto são poucas, de fato, as restrições previstas na legislação da CFEM[[11]](#footnote-11). As existentes, remetem sobretudo ao pagamento de dívidas e aplicação no quadro permanente de pessoal. Isso, por outro lado, traz flexibilidade à sua utilização, ampliando o horizonte para a elaboração de políticas públicas que busquem mitigar impactos da atividade de mineração na localidade.

Além das críticas possíveis acerca da gestão municipal dos royalties, o cenário em Oriximiná sugere a insuficiência das bases de compensações tributárias historicamente estruturadas, o que também constitui um debate necessário. Isso diz respeito, sobretudo às bases de cálculo dos *royalties* e às taxas fracionadas entre as unidades federativas e instituições (ENRÍQUEZ, 2007).

Isso posto, sustenta que a CFEM e as outras fontes de rendimento mineral representam elementos básicos para a formulação de um planejamento econômico estratégico, radical e concreto. Para Trindade (2012),

“a elaboração de políticas de desenvolvimento local requer capacidade de financiamento de institucionalidades necessárias à construção de um padrão de desenvolvimento centrado nas potencialidades territoriais, identificando as potencialidades, reforçando dinâmicas presentes ou construindo dinâmicas necessárias”.

**5. Desenvolvimento local e uma agenda de políticas públicas.**

As teorias de desenvolvimento local vêm se estabelecendo enquanto campo de análise importante desde o final da década de 90. Conceitualmente, o desenvolvimento econômico local é um processo no qual atores e instituições locais atuam articuladamente com vistas a “criar, reforçar e preservar atividades e empregos”. Ao longo desse processo, inevitavelmente, devem ser considerados os mais diversos componentes de interação locais e regionais (LLORENS, 2001).

Para Llorens (2001), uma localidade economicamente desenvolvida resulta necessariamente de três processos norteadores: i) os processos relativos ao perfil e às condições da iniciativa privada na região; ii) o elo estabelecido entre as empresas, as agências representativas e as instituições da localidade; iii) as municipalidades do entorno, especialmente as relações institucionais estabelecidas entre o poder público e a iniciativa privada.

No sentido do que foi exposto, os resultados desta pesquisa sugerem que as discussões de políticas efetivas pelo desenvolvimento local são convenientes às diversas questões urgentes em Oriximiná. Mais imediato, entretanto, que sustentar a necessidade por novos ensaios para diversificação das bases   
  
  
  
  
  
  
  
econômicas é constituir de fato um regime local cooperativo, baseado em redes institucionalizadas e pactuadas pelo desenvolvimento local.

Assim, em ensejo elementar para o debate, a seguir nesta seção se realiza o esforço de propor uma programática que funde as inestimáveis redes de cooperação para o desenvolvimento local em Oriximiná. Para a inicial agenda proposta, além de proposições teóricas, foram observadas algumas experiências das últimas décadas orientadas pelas teorias aqui abordadas, concentradas principalmente no estado brasileiro de Minas Gerais. Sugere-se:

i) A criação de um consórcio de desenvolvimento entre os municípios do Baixo Amazonas afetados pela mineração. Em 2010 um consórcio semelhante na região metropolitana de Belo Horizonte (MG) elaborou um Plano de Desenvolvimento Regional para os municípios membros, desenvolvido no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais e apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais;

ii) Institucionalização de um fundo municipal a partir de uma taxa das arrecadações via CFEM e de contribuições da iniciativa privada local, restrito para ações de estímulo ao empreendedorismo local e potencialização da inovação na região, como iniciativas de financiamentos e empréstimos a empresas.

iii) Criação de uma agência municipal pelo desenvolvimento, responsável pela gestão do fundo proposto anteriormente e pela elaboração de estudos e projetos econômicos para o desenvolvimento local, sobretudo no que tange às questões de empregabilidade e renda. Os tópicos “ii” e “iii” remetem às experiências do Agência de Desenvolvimento Econômico de Itabira e do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social de Itabira.

iv) Por fim, a conformação de um amplo e presente fórum municipal para debate sobre desenvolvimento, com participação das comunidades e sociedade civil local.

**Considerações finais**

Este trabalho analisou uma localidade intimamente afetada pelo ciclo de acumulação mineral no estado do Pará. Foram, nesse sentido, explorados os efeitos socioeconômicos e demográficos do processo em questão, centrados nas extrações de bauxita metalúrgica que interferem na realidade do município de Oriximiná. A partir dos itens explorados, tornou-se possível concluir que existe grande necessidade por ciclos econômicos alternativos para financiamento das contas do município, hoje concentrado no desenrolar da indústria mineral, intimamente ligado ao crescimento econômico local.

O Pará, como um todo, apesar de se encontrar em posição mais favorável que outros estados brasileiros na balança comercial, se apresenta em uma condição de subdesenvolvimento muito evidente, lógica que vai de encontro aos ideais pactuais do federalismo. Além disso, o estado é um dos mais prejudicados pelos termos da legislação de *royalties* vigente, referenciada em baixas alíquotas, se comparadas às de outras nações mineradoras ao redor do mundo. Essa conjuntura, ainda, é agravada pela urgência do debate acerca do planejamento de caminhos para o desenvolvimento.

A indústria mineral, embora ainda influencie fortemente as dinâmicas no território de Oriximiná, tem bases finitas de exploração, e deve estar aliada à causa da continuidade do município ao passo que todas as minas se exaurirem. Isto significa, fundamentalmente, que o êxito de toda a rede de instituições pelo desenvolvimento local sugerida neste trabalho carece de articulação com a Mineração Rio do Norte S.A; além da sinergia entre os demais agentes da iniciativa privada local, o poder público, as comunidades e a sociedade civil de Oriximiná.

**Referências bibliográficas**

ACEVEDO MARIN, R. & CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios.** Belém: UFPA/NAEA, 1993.

BECKER, Berta K. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio C. e LEMOS, Mauro B. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

CHAGAS, C. A. N. **Dinâmica de desenvolvimento local e contradições do ciclo mineral: um balanço da utilização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Município de Oriximiná (PA) nas últimas quatro décadas**. Belém: UFPA/FACECON/PPGE, 2018.

ENRÍQUEZ, M. A. R. da Silva. **Mineração no Pará: uma agenda proativa para ampliar e potencializar os benefícios regionais.** Belém: FIEPA, 2007

LLORENS, Francisco A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política;** tradução de Antonio Rubens P. Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001

LEAL, Aluizio. **Amazônia: o aspecto político da questão mineral.** Belém: 1989. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) UFPA/NAEA, 1989.

MADEIRA, W. V. **Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na Amazônia: rupturas no corredor Açailândia – São Luís (MA)** Belém: 2015. Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento) UFPA/NAEA.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque.** São Paulo: Expressão Popular. 2019.

MONTE‐MÓR, Roberto L. A questão urbana e o planejamento urbano‐regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, Clélio C. & LEMOS, Mauro B. (Org.). **Economia e território.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SUDAM. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979).** Belém: SUDAM, 1976.

TARSITANO NETO, Frederico. A divisão Internacional do Trabalho e a Nova Industria do Alumínio na Amazônia. In CASTRO, Edna. et alii (Org.) **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: UFPA, 1995. p. 71‐87.

TRINDADE, J. R. B. **A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

TRINDADE, J. R. B; OLIVEIRA, W. P; BORGES, G. T. N. O ciclo mineral e a urgência de políticas de desenvolvimento local: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará. In: **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 603-618, jul./dez. 2014

1. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 2: Políticas Públicas de Emprego e Renda, do 3º Encontro do Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão, promovido pela Universidade Federal do Maranhão, em São Luís-MA. [↑](#footnote-ref-1)
2. Em meados dos anos 70, diante de um consolidado cenário de recessão econômica mundial, os governos militares apresentaram diversas políticas anticíclicas, das quais resultou o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. Deste, derivaram outros planos regionais, onde se inclui o 2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia. No 2º PDA, constava um amplo e programático levantamento sobre as estruturas econômicas da região, com vistas à consecução de cinco paradigmas: integração nacional; maior participação no balanço de pagamentos nacional; exploração das vantagens comparativas; elevação nos patamares de empregabilidade e renda das populações amazônicas; maior ocupação dos territórios amazônicos “inabitados” (SUDAM, 1976). [↑](#footnote-ref-2)
3. Conferir Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) em SUDAM, 1976. [↑](#footnote-ref-3)
4. Em 1979, ano do primeiro embarque de bauxita pela Mineração Rio do Norte S.A; participavam de sua composição acionária: Companhia Vale do Rio Doce (até então estatal), Alcan Aluminium Limited of Canada, Companhia Brasileira de Alumínio, Billiton Aluminium (holandesa), Norsk Hydro (norueguesa) e Reynolds Metals Company (americana). À época, muitos questionamentos surgiram acerca dos aspectos políticos do acordo firmado entre as acionistas majoritárias CVRD (então com 46% do controle acionário) e Alcan (então com 19% do controle acionário). A empresa canadense, com as negociações, assegurou preponderante poder decisório sobre a *joint-venture* constituída, além de cotas adicionas anuais de 1,2 milhões de toneladas de bauxita beneficiada, pelos vinte anos seguintes (LEAL, 1988). [↑](#footnote-ref-4)
5. A produção de bauxita na região efetivamente começa em 1978, realizando-se o primeiro embarque em agosto de 1979, entretanto desde 1967 realizavam-se trabalhos de engenharia de minas com vistas à implementação das lavras do Trombetas. (LEAL, 1988) [↑](#footnote-ref-5)
6. Considerando a estimativa de aproximadamente 600 milhões de toneladas em reservas de bauxita, por técnicos da ALCAN em 1977 (TRINDADE, 2001) e posterior incorporação de novas reservas, deduz-se que a operação das minas do Trombetas ocorra por pelo menos mais 20 anos. [↑](#footnote-ref-6)
7. A Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), estabeleceu a desoneração tributária da exportação de bens semielaborados, como é o caso do minério de bauxita, sem oferecer dignas compensações federativas ou tributárias aos estados mais afetados. A esses, como é o caso do Pará, sobejam os ingratos encargos com impactos ambientais e sociais. (TRINDADE, 2014) [↑](#footnote-ref-7)
8. Para uma discussão aprofundada sobre tais novos padrões, consultar TRINDADE, 2001. [↑](#footnote-ref-8)
9. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [↑](#footnote-ref-9)
10. Ao longo das últimas décadas, a participação protagonista de China, que sustentou vertiginoso crescimento econômico, e dos Estados Unidos na demanda pelo alumínio brasileiro estimulou a produção e os preços no mercado do minério de bauxita. [↑](#footnote-ref-10)
11. A Lei nº 13.540 prevê a distribuição de 60% dos recursos da CFEM para as prefeituras, 15% para os estados produtores, 15% para os municípios afetados pela atividade e 10% para a União. [↑](#footnote-ref-11)